

ATA DA 45 REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, reuniram na sala de reuniões da sede do LEMEPREV, situado à Rua Joaquim de Góes, nº 665 – Centro – Leme – SP, às treze horas e trinta minutos, os membros do Comitê de Investimentos, nomeados através da Portaria nº 86-A/2014, constatando a presença de todos. Em seguida realizou-se a verificação dos investimentos e os resgates financeiros, constatando que no mês Maio/2016 foram realizadas Autorizações de Aplicações e Resgates nºs 070 a 084 verificando **Aportes** no valor de R\$2.411.600,37 no Fundo CAIXA BRASIL Referenciado DI LP e **Resgates** no montante de R\$233.338,00, sendo R\$9.000,00 do CAIXA RIO BRAVO FII, R\$221.199,08 do Fundo CAIXA BRASIL Referenciado DI LP e R\$3.138,92 do FIDC ITÁLIA SENIOR. Quanto à **concentração**, os Fundos de RENDA FIXA atingiram, em Maio/2016, o montante de R\$148.722.144,52, perfazendo 98% do PL, sendo que: os Fundos 100% Títulos Públicos totalizaram R\$110.358.791,89 (72,63% do PL); os Fundos: Renda Fixa (IMA ou IDK) somaram R\$16.035.243,72 (10,55% do PL), em Renda Fixa e Referenciado não Crédito Privado o valor de R\$20.650.976,22 (13,59%), em FIDC Aberto consta o valor de R\$1.308.849,81 (0,89% do PL) e em FIDC Fechado consta o valor de R\$368.282,88 (0,24% do PL). Os Fundos de RENDA VARIÁVEL totalizaram o valor de R\$3.215.439,61, o que equivalente a 2% do PL, onde R\$1.011.031,04 (0,67% do PL) em Multimercado, R\$1.274.408,57 (0,84% do PL) trata-se de investimento em Fundo de Investimentos por Participação e R\$930.000,00 (0,61% do PL) em Fundo de Investimentos Imobiliários. Após análise, constatou-se que os investimentos estão de acordo com a política de investimentos e legislações específicas vigentes. Passou-se para o exame dos fundos de investimentos quanto à **rentabilidade** nos últimos 12 meses, onde foi verificado o seguinte: **RENDA FIXA** - BB IRF M com 14,18%↓, BB IDKA 2 com 16,59%↓, BB IRF-M 1 com 14,52%↑, CEF IMA B 5 com 16,25%↓, CEF IMA-B com 12,56%↓, CEF IDKA2 com 16,69%↓, CEF NOVO BRASIL com 13,11%↓, BRADESCO FI RF IRF-M 1 com 14,58%↑, ITAU Inflação 5 com 16,33%↓, ITAU Soberano com 14,45%↑, Monte Carlo com 9,99%↑, CAIXA FI BRASIL 16 III TP RF com 14,35%↑, BB PREV.RF TP IX com 15,88%↓, LMX IMA B com 11,18%↓, BB PERFIL FC com 13,95%↑, CEF FI BRASIL RF DI LP com 14,08%↑, FIDC BVA MASTER III com -14,56%↑, FIDC BVA ITÁLIA

com 76,42%↑, FIDC QUATÁ com 16,98%↑. **RENDA VARIÁVEL** – ÁTICO FLORESTAL com -4,85%↓, CEF FII RIO BRAVO com 24%↑ e WESTERN ASSET L&S MULT com 17,56%↓. O desempenho da carteira de investimentos Lemeprev atingiu em maio/2016 (acumulado no ano) o percentual de 7,92%, frente à meta atuarial de 6,61% (IPCA + 6%). Foram analisadas as publicações a seguir: www.infomoney.com.br – **Governo Central tem maior déficit primário da história para maio**. No mês passado, o resultado ficou negativo em R\$ 15,494 bilhões, déficit 91,9% maior que o registrado em maio de 2015 (R\$ 8,074 bilhões). Por Agência Brasil 28 jun, 2016 15h47. A queda das receitas em meio ao crescimento de gastos obrigatórios fez o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrar o maior déficit primário da história para meses de maio. No mês passado, o resultado ficou negativo em R\$ 15,494 bilhões, déficit 91,9% maior que o registrado em maio de 2015 (R\$ 8,074 bilhões). O déficit primário é o resultado negativo das contas do governo antes do pagamento dos juros da dívida pública. Com o desempenho de maio, o Governo Central acumula déficit de R\$ 23,770 bilhões nos cinco primeiros meses do ano, o primeiro resultado negativo da história para o período. De janeiro a maio de 2015, a conta estava positiva em R\$ 6,488 bilhões. A queda da arrecadação provocada pelo agravamento da crise econômica continua a ser a principal causa do aumento do déficit primário em 2016. De janeiro a maio, as receitas líquidas caíram 5%, descontada a inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em relação ao mesmo período do ano passado. Pressionadas pelos gastos obrigatórios, as despesas totais subiram 1,4% acima do IPCA nos cinco primeiros meses do ano. Apenas em maio, no entanto, os gastos caíram 1,8%, descontado o IPCA em relação a maio do ano passado. Os gastos com a Previdência Social subiram 5,2% além da inflação nos cinco primeiros meses do ano. As demais despesas obrigatórias cresceram 7,2% acima da inflação. Os gastos discricionários (não obrigatórios), no entanto, caíram 5,1%, descontado o IPCA. As despesas de custeio (gasto com a manutenção da máquina pública) caíram 7,4% de janeiro a maio. Os investimentos – gastos com obras públicas e compra de equipamentos – somaram R\$ 22,671 bilhões, recuo de 12,8% também considerando a inflação oficial. Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) totalizaram R\$ 16,447 bilhões, queda de 10,5% descontada a inflação. Os

Ata Ord. 45 - Página 2

M
F
amr.

investimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida somaram R\$ 2,565 bilhões, retração real de 61,1%. A queda deve-se principalmente à autorização para que a construção dos imóveis para a população de baixa renda seja financiada com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que passou a valer neste ano e diminuiu o uso de recursos do Orçamento no programa habitacional.

O corte de juros esfriou? O novo cenário para Selic resumido em 6 análises.

Veja o que diversos economistas e analistas falaram sobre a possibilidade de corte de juros e o discurso do novo presidente do BC hoje. Por Ricardo Bomfim 28 jun, 2016 15h02. Atualizada em 15h27 SÃO PAULO. O mercado estava praticamente certo de que não haveria como o Banco Central deixar de reduzir as taxas de juros este ano. Muitos especulavam sobre uma postura mais "dovish" (moderada) do novo presidente do BC, Ilan Goldfajn, que quando ainda era economista-chefe do Itaú Unibanco previa diversos cortes na Selic. Contudo, o discurso de Goldfajn e o Relatório Trimestral de Inflação desta terça-feira (28), colocaram um novo cenário na mesa. Com foco total na luta para levar o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ao centro da meta, em 4,5%, a autoridade monetária mostra que não vê hipótese de flexibilização monetária atualmente. Mas para os tantos "call" de queda de juros feitos nas últimas semanas, de que modo esses eventos mudaram o quadro visto por analistas. O InfoMoney compilou 6 opiniões que demonstram o que o mercado está vendo para o futuro da Selic agora. Alexandre Schwartzman Para o ex-diretor do BC, Alexandre Schwartzman, sócio da Schwartzman & Associados, o discurso de Goldfajn foi duro e vai desapontar muita gente que contava com a história de que o BC não iria perseguir o 4,5% no ano que vem. "O discurso está indicando que não vai cortar juros já e que não será tão rápido e na magnitude esperada pelo mercado", afirma ele. Na sua avaliação, o consenso do mercado de que o primeiro corte da Selic ocorrerá em agosto está fora de questão e a taxa básica de juros da economia brasileira não deve cair na magnitude esperada para atingir os 11% em meados do ano que vem. "Pela leitura do Ilan, o corte não vem nem em outubro. Ele reiterou 4,5% para fim de 2017", avalia. Schwartzman ainda disse acreditar que o "Brexit" não teve impacto nenhum nessa perspectiva mais "hawkish" do BC para a economia. Goldman Sachs A equipe de análise do banco Goldman Sachs disse que o relatório de inflação foi mais "hawkish" (agressivo) do que o esperado porque o caminho projetado para a inflação não

98

Ata Ord. 45 - Página 3

M

F

cwr

está particularmente fácil, estando ainda acima do teto da meta nas expectativas dos economistas para o fim de 2017. "Para frente, o BC não reconhece ou traz qualquer conforto, nesse estágio, do fato de que a inflação projetada fica abaixo da meta no segundo trimestre de 2018", explica o analista Alberto Ramos. Itaú Unibanco - De acordo com o economista Caio Megale, o relatório de inflação do BC mantém a visão do Itaú de que o "cenário econômico evoluirá no sentido de permitir cortes de juros no 2º semestre", mas o Copom (Comitê de Política Monetária) pode precisar de mais tempo para iniciar cortes de juros. "A sinalização do relatório de hoje sugere que o Copom pode necessitar de mais tempo do que nosso cenário central, em agosto, para ter convicção de iniciar o processo", diz ele. Megale ainda afirmou que projeções publicadas no relatório de inflação indicam uma queda gradual do IPCA no cenário de referência. Nomura O analista da Nomura João Pedro Ribeiro, lembra que o relatório foi muito importante por ter sido o primeiro do Banco Central sob a gestão de Goldfajn. O documento, de acordo com ele, mostrou que o BC manterá o seu objetivo de levar a inflação ao centro da meta até o fim de 2017 e que apesar da melhora em algumas projeções de inflação para 2017 e 2018, ainda é insuficiente para haver uma convergência do IPCA para 4,5% até o fim do ano que vem, principalmente se assumirmos um ciclo de relaxamento monetário. Tokyo Mitsubishi O economista sênior do Banco de Tokyo Mitsubishi UFJ Brasil, Carlos Pedrosa, disse que o Banco Central reforça o conservadorismo no relatório de inflação de hoje. Agora, o BC trouxe a data clara para a convergência da inflação à meta de 4,5% em 2017, diz. Pedrosa manteve após o relatório a sua previsão de Selic estável até o final do ano, com início de corte de juros previsto para janeiro, caso o CMN (Conselho Monetário Nacional) não altere a meta de inflação. "A maior preocupação é a questão fiscal. Não acredito que as medidas serão aprovadas pelo Congresso tão rapidamente quanto o mercado espera", afirma. Ele ainda explica que dado o cenário fiscal e internacional com projeções ainda acima, ele não alteraria as metas. XP Investimentos Para Bruno Marques, gestor macro do fundo multimercado XP Macro, o CMN pode ver espaço para fixar a meta para inflação de 2018 em um nível de 4% ou 4,25%, com 2 pontos percentuais para cima e para baixo de banda. "Não será com banda de 1,5 ponto percentual, pois seria muito. Mas é factível o alcance de 4% ou 4,25% em 2018", diz o gestor. De acordo com ele, o relatório trimestral foi "hawkish" e confirmou



Ata Ord. 45 - Página 4

M



que Ilan não é como o antigo presidente do BC, Alexandre Tombini, diz Marques. "Deixou claro que ele vai entregar ou pelo menos tentar entregar a meta em 2017", afirma. **Déficit em 12 meses evidencia deterioração fiscal, diz secretária do Tesouro.** A secretária do Tesouro Nacional destacou que o quadro se acentuou no fim do ano passado, com o pagamento de despesas atrasadas, as chamadas pedaladas fiscais 28 jun, 2016 18h59. A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, afirmou nesta terça-feira, 28, que o déficit de R\$ 151,5 bilhões em 12 meses encerrados em maio deixa evidente a deterioração da trajetória dos resultados fiscais do País. Por isso, segundo ela, foi importante a iniciativa de revisão da meta de 2016. Ana Paula destacou que o quadro se acentuou no fim do ano passado, com o pagamento de despesas atrasadas, as chamadas pedaladas fiscais. De acordo com a secretária, a nova meta proposta, que permite um déficit de R\$ 170,5 bilhões em 2016, traz um resgate da credibilidade no cumprimento das metas fiscais. "Trouxe ao debate público uma meta crível, que cobre toda a estimativa de despesas e faz revisão importante de receitas", afirmou. A secretária, que concede coletiva de imprensa pela primeira vez desde que assumiu o cargo, disse que o déficit de maio (R\$ 15,5 bilhões) veio em linha com as expectativas de mercado, apesar de ter sido maior que o registrado em 2015 (R\$ 8,1 bilhões). Ana Paula afirmou que a queda nas receitas e a pressão sobre as despesas do governo contribuem para o déficit primário de R\$ 23,770 bilhões no acumulado dos cinco primeiros meses de 2016. "Temos crescimento de despesas totais de 1,4% de janeiro a maio, já descontada a inflação. Isso contrasta com queda de 5% na receita líquida. Isso explica o aprofundamento do déficit", disse a secretária. "Os destaques são as receitas administradas. A queda dessas receitas tem relação com o momento econômico. Em um momento de crise, recessão, é comum que o pagamento de impostos acompanhe o ciclo econômico", disse Ana Paula. Além disso, segundo a secretária, empresas como Petrobras e Eletrobras não têm repassado dividendos ao governo devido a suas situações financeiras, o que também impacta as receitas. Do lado das despesas, houve aumento no volume de pagamentos de abono e seguro-desemprego. "Além disso, há uma nova sistemática de pagamentos de subsídios e subvenções, que tinham prazo de 24 meses. Por recomendação do TCU, esse prazo foi encurtado para seis meses", mencionou a secretária. Meta fixa Ana Paula afirmou que o governo está



Ata Ord. 45 - Página 5

M



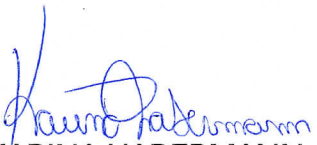
amr.

monitorando de perto o cumprimento da meta fiscal de 2016, a qual prevê um déficit primário de R\$ 170,5 bilhões. "Somos guardiões de uma meta fixa e não abrimos mão de seu cumprimento", disse na entrevista coletiva. Ana Paula ressaltou também que a renegociação das dívidas dos Estados foi fechada dentro do espaço fiscal previsto pelo governo. O impacto da renegociação só neste ano será de R\$ 20 bilhões, e o governo tinha uma reserva de contingência de R\$ 18,1 bilhões dedicada aos Estados e também a eventuais frustrações de receitas no ano. A secretária assegurou, porém, que o acordo não vai trazer mudanças na meta fiscal. "A renegociação foi toda feita dentro da meta, do espaço fiscal previsto. Existem outras condicionantes fiscais nos Estados que asseguram o cumprimento da meta", disse, sem detalhar, no entanto, quais seriam essas condicionantes. **Banco Central do Brasil – Relatório de Mercado – Focus – (24/06/2016)** – Expectativas de Mercado Mediana – Agregado – IPCA 2016 7,29%▲ e 2017 5,50%=; Meta Taxa Selic fim de período 2016 13,25%▲ e 2017 11%▼; PIB 2016 (3,44%)▲ e 2017 1%=. Em pauta a análise do Fundo BB PREVIDENCIARIO RF IMA B 5+ FI, CNPJ.nº.13.327.340/0001-73, Gestão e Administração de BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A. e Custódia Banco do Brasil S.A. (Arts. 4º, 5º e 6º-Regulamento). O fundo objetiva proporcionar a rentabilidade de suas cotas, mediante aplicação de seus recursos em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro. Indicador de Desempenho IMA B 5+. Taxa de Administração de 0,20% sobre o patrimônio líquido do Fundo, não há taxa de ingresso, saída e Taxa de Performance de (Art.10 do Regulamento). A data de início do Fundo foi em 28/04/2011, a aplicação mínima é de R\$10.000,00. As cotas do FUNDO não possuem prazo de carência. No resgate de cotas será utilizado o valor da cota apurado no fechamento do segundo dia útil subsequente ao do recebimento do pedido dos investidores e o crédito do resgate será efetuado no mesmo dia da conversão das cotas D+02 (Art.19). Conforme dados do site da CVM - Comissão de Valores Mobiliários o referido Fundo possui 216 cotistas e patrimônio líquido de R\$1.047.408.961,70 até a presente data. A composição da carteira do fundo é de Títulos Públicos Federais (99%) e Operações Compromissadas lastreados em Títulos Públicos Federais (1%). Quanto ao risco, numa escala de 1 a 5 o fundo está classificado 5 (Agressivo). As rentabilidades dos últimos anos são: 2012=31,70%, 2013=(17,38%), 2014=16,46%, 2015=5,41% e 2016=17,66% (até

maio). A Consultoria RiskOffice analisou o nível de confiança em 95 para um horizonte de tempo de 21, Value-at-Risk (%) de 7,1145. O referido Fundo encontra-se enquadrado no Artigo 7º, I, "b", da Resolução CMN 3922/10 e 4392/14. Este Comitê conclui que o referido fundo está apto a receber aportes. A gestora/administradora encontra-se devidamente credenciada até novembro/2016. Salientamos que trata-se de fundo classificado com risco 5 (maior risco), o que aumenta o risco total da carteira e altera a estratégia atual, observando, ainda, que a composição do fundo com títulos públicos com prazos mais longos tende a maior volatilidade, tornando-se mais sensível às incertezas do mercado quanto ao cenário político e econômico interno e externo. Por tanto, caso a opção seja por realizar a alocação, sugerimos se faça em valor baixo, conservando a estratégia atual da carteira. Terminada a reunião às dezesseis horas e vinte minutos e não havendo mais nada a deliberar, eu *KARINA HABERMANN*, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim e demais membros presentes, para que seja disponibilizada ao Gestor e demais consultas.


GERSIANE GOMES BARBOSA - Presidente

Certificação ANBIMA CPA 10


KARINA HABERMANN - Secretária

Certificação ANBIMA CPA 10


CLAUDIA DAMETTO TAMBOLIN - Membro

Certificação ANBIMA CPA 10


Marcelo Martini
Gestor de Recursos
RPPS do Município de Leme
LEMEPREV